

Bancos brasileiros: análise de discurso além do *mainstream*

Brazilian banks: speech analysis beyond mainstream

Wagner Wanderbroock¹ 

O objetivo deste artigo foi analisar os bancos brasileiros sob as perspectivas das narrativas dos defensores do modelo atual vigente e dos que defendem mudanças profundas e estruturais, partindo da premissa do artigo de Wanderbroock (2018) que estudou as Demonstrações de Valor Adicionado – DVA, tendo esta, a finalidade de tornar pública a responsabilidade social das organizações, passando ser obrigatória pela Lei 11.638/2007, em que as empresas prestam contas à sociedade. Tal estudo analisou as convergências e divergências na distribuição de valor nas 500 maiores empresas listadas na BM&FBOVESPA, segregando-as em dois grupos, empresas produtivas e bancos. Na comparação, ficou demonstrada que há significativas convergências entre empresas de mesmos grupos/setores e divergências significativas dos setores produtivos em relação aos bancos, e verificou-se que as empresas do setor financeiro são as que mais concentram riquezas, ou seja, distribuem mais riquezas aos acionistas que as empresas do setor produtivo. Trata-se de pesquisa e descritiva, qualitativa com análise de discurso, apresentando as diversas visões acerca dos bancos brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Demonstração de Valor Adicionado. DVA. Responsabilidade Social. Empresa de Capital Aberto. Bancos Brasileiros.

This article analyzes Brazilian banks from the perspectives of narrative defenders from the current model and of those who defend deep and structural changes, based on the premise of the article by Wanderbroock (2018) who studied the Statements of Added Value - DVA, with the finality of making public the social responsibility of organizations, which was made into a mandatory Law 11,638/2007 where companies are accountable to society. This study analyzed the convergences and divergences in the distribution of value in the 500 largest companies listed on the BM&FBOVESPA, separating them into two groups, production companies, and banks. The comparison showed that there are significant convergences between companies of the same groups/sectors and significant divergences between the productive sectors and the banks, where it was found that companies in the financial sector are the ones that most concentrate wealth, that is, they distribute more wealth to shareholders than companies in the productive sector. This article is a descriptive-qualitative research with discourse analysis, presenting the different views about Brazilian banks.

KEYWORDS: Demonstration of Value Added. DVA. Social Responsibility. Open Capital Company. Brazilian Banks.

Autor correspondente:

Wagner Wanderbroock

E-mail:

wwanderbroock@yahoo.com.br

Endereço:

Av. Comendador Norberto Marcondes, 733. CEP 87.303-100. Campo Mourão, Paraná – Brasil.

Declaração de Interesses: Os autores certificam que não possuem implicação comercial ou associativa que represente conflito de interesses em relação ao manuscrito.

¹Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná, Brasil.

INTRODUÇÃO

O futuro da sociedade humana perpassa pelas decisões pelos modelos que adotamos hoje, optando por modelos econômicos e de vida voltadas ao imediatismo baseadas no excesso de consumo, pela não renovação adequada dos recursos naturais e o não planejamento familiar (Andrade, 2013) e populacional que trarão reflexos nas gerações futuras em um planeta cada vez mais populoso, demandador de gigantescas quantidades de recursos como alimentos, energia, assistência às populações mais frágeis e toda a sorte de complexidade para manter níveis de qualidade de vida (Overpopulation Awareness, 2012). Barbieri e Cajazeira (2009) tratam quatro dimensões para os modelos de gestão da responsabilidade social empresarial, com destaque para o modelo de Carrol: econômica, social ética; e filantrópica, destas na conferência da ONU Rio-92 (Senado, 2021) reforçou-se a premissa de três pilares para o desenvolvimento sustentável dos países: econômico, social e ambiental e na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, África do Sul, em 2010, a denominada 'Declaração de Joanesburgo', confirma que o desenvolvimento sustentável baseia-se nesses três pilares e sem isso não há como garantir a sustentabilidade do desenvolvimento (Senado brasileiro, 2021). O futuro sustentável conecta-se pelo estilo de vida e, principalmente, pelo modelo econômico que escolheremos seguir. É consensual que para um futuro alvissareiro da humanidade e do país, seremos obrigados a adotar modelos que privilegiem a reposição e a reparação dos recursos ambientais (minerais, hídricos, atmosfera, fauna e flora) e espaços comuns de convivência, por meio da mudança de atitude (conscientização), maior controle sobre os meios produtivos e especulativos e melhor distribuição de riqueza, reduzindo excesso de concentração de riqueza e pobreza. Este último não apenas como atitude humanitária, que é decoroso, contudo para dar sustentabilidade futura ao planeta. Os meios produtivos deverão fazer jus à sua denominação e redundantemente serem cada vez mais produtivos e sustentáveis. O modelo econômico e o estilo de vida têm sido objeto de intensas discussões no meio acadêmico, pela sociedade e governos. Então, neste contexto, foi criada em 2007 a Demonstração de Valor Adicionado (DVA), conhecida como 'Balanço Social' que se tornou obrigatória pela Lei Federal n.º 11.638 (Brasil, 2007). Em seu estudo sobre as DVAs, das 500 maiores empresas de capital aberto, listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, Wanderbroock (2018) classificou dois grandes grupos econômicos distintos: os produtivos (produtos e serviços) e os intermediadores financeiros (bancos e congêneres), no qual destacou a separação clara entre os dois grupos distintos, na forma como distribuem valores que retroalimentam a economia. O artigo de Wanderbroock (2018), utilizado como referência fez testes estatísticos corroborando a correlação entre as organizações empresariais dos dois grupos. Enquanto as organizações empresariais produtivas contribuem duplamente, fornecendo produtos e serviços e distribuindo (retornando) à sociedade na forma de pagamento de impostos, taxas e salários, os bancos o fazem em parte, contudo se concentram na entrega de lucro para investidores. Desta forma, especialmente no caso brasileiro, cabem estudos aprofundados quanto ao seu nível de contribuição para o desenvolvimento ou retração da economia nacional. Este estudo não é exaustivo quando às respostas a esse tema, mas uma contribuição na discussão sob a perspectiva do artigo "Distribuição de Riqueza por Setor da Economia na Demonstração de Valor Adicionado (DVA) das 500 Maiores Empresas de Capital Aberto Listadas na BM&FBOVESPA." (Wanderbroock, 2018) e se justifica pela relevância na participação dos bancos na economia do país com aproximadamente R\$ 3 trilhões em operações de crédito, inseridos em um PIB brasileiro R\$ 6,8 trilhões. A proposição deste trabalho é discutir além da

bibliografia ortodoxa, observando também o que dizem os *stakeholders*¹ especialmente periodistas, participantes dos grupos patronais e de empregados.

RESULTADOS DA PESQUISA

O estudo foi realizado não apenas na literatura tradicional (conceitos estabelecidos), mas em artigos e publicações atuais dos próprios envolvidos (trabalhadores, bancos, governos etc.) e das mídias tradicionais que mostram as várias visões, facetas e percepções atuais do cotidiano sobre bancos inseridos na economia brasileira.

O MERCADO DE CAPITALIS

Assim como a criação da moeda, que no passado remoto facilitou a troca possibilitou o crescimento e o surgimento de diversas civilizações, sendo ela então, um instrumento transformador da sociedade, o mercado de capitais, que atua como um sistema de distribuição de valores monetários, com objetivo de canalização de recursos financeiros para as atividades econômicas, surgiu a partir da revolução industrial, e que também tem seu papel transformador na sociedade moderna, como um fenômeno sem volta assim como a revolução tecnológica digital. (Sousa, 2022). O mercado de capitais surgiu para atender a demanda da sociedade, desta forma ele é apenas um instrumento, as boas regras, regulação, reguladores, ambiente de negócio favorável propicia a condições para o sucesso. Nos países desenvolvidos esse mercado é mais forte e dinâmico. Nos países de menor desenvolvimento tem maiores dificuldades, como num passado recente que alguns destes tiveram fortes retrações econômicas decorrentes de maus gestores públicos e pelo próprio ambiente frágil de negócios. (Rodrigues, 2009). Naturalmente, os investidores para protegerem-se foram buscar outros mercados, como num movimento em bando, aprofundando ainda mais a crise local. As críticas ao mercado de capitais estão mais nas regras e controle do que propriamente no modelo. Em parte, é como a fábula da galinha e o porco, se estão envolvidos ou comprometidos com a refeição, enquanto a galinha fornece o ovo, o porco fornece o bacon, este último, completamente comprometido. (Nascimento, 2020). Nas empresas de capital limitado, o investidor participa integralmente da empresa como sócio cotista obrigando-o a enfrentar os períodos mais difíceis, mesmo que local, pela dificuldade de sair da firma, forçando a contribuir na busca de soluções, enquanto o investidor acionista numa empresa de capital aberto tem maior facilidade de migrar de um papel para outro, no caso de crises mais localizadas. (Wanderbroock, 2018). Enquanto o primeiro se obriga a participar na busca de soluções e se envolve mais diretamente nos objetivos daquele negócio, o investidor de capital aberto, na sua grande maioria não tem poder de decisão e não interfere e nem contribui nas decisões daquela organização, mesmo com assembleias, que privilegiam os maiores detentores de ações.

O PAPEL DOS BANCOS NA ECONOMIA

Os bancos têm função importante na intermediação financeira, portanto, plenamente necessária na atividade econômica das nações. O setor financeiro é mais uma atividade econômica dentre outras que na sociedade atual não tem substituto na sua função. É inexorável que se os tenham. Wanderbroock (2018) classificou as 500 maiores empresas brasileiras de mercado aberto listadas na Bovespa em organizações do setor produto e intermediadores financeiros. Enquanto as do setor

¹ *Stakeholders*: público estratégico, pessoa ou grupo que tem interesse em uma empresa, negócio ou indústria, podendo ou não ter feito um investimento neles. Para fins deste trabalho, demos um sentido mais amplo, da sociedade como um todo sendo de interesse.

produtivos produzem bens e serviços fundamentais para as pessoas, os intermediários financeiros facilitam o fluxo de dinheiro que sustentam as operações mercantis e de crédito. Naturalmente todas as organizações empresariais lucram, ou deveriam. O que se propõe neste trabalho é a discussão, de qual o nível aceitável ou a contribuição de cada um desses grupos aos interesses da sociedade, mencionados

a seguir.

DISCUSSÕES SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO

As DVAs das organizações sujeitas à produção e publicação conforme prevê a Lei Federal n.º 11.638/2007, apresentam a receita total, deduzidas do valor de sua produção e o dos bens e serviços produzidos por terceiros utilizados no processo de produção como matérias-primas, perdas, depreciação, etc. e que deste valor descontado, distribui este valor adicionado a quatro elementos:

Quadro 1 - Quatro Elementos da Distribuição da DVA

Pessoal (Salários e encargos de empregados)
Impostos, taxas e contribuições (Governo)
Remuneração de capital de terceiros (Juros e aluguéis)
Remuneração de capitais próprios (Dividendos e lucros retidos)

Fonte: Lei 11.638 (BRASIL, 2007).

À maneira como se dá a distribuição, cada um desses elementos influencia de uma forma ou de outra a atividade econômica do Brasil, alguns retornam e contribuem para o aquecimento da economia, e outros são retroalimentados às próprias instituições financeiras e aos seus investidores.

PESSOAL E ENCARGOS (SALÁRIOS PARA EMPREGADOS)

No último levantamento de 2011 feito pelo IBGE os salários já representavam 38,6% do PIB brasileiro, um crescimento sucessivo de oito anos seguidos a partir de 2004 e “quanto maior a participação dos salários no PIB, menos desigual tende a ser a distribuição da renda” (Brasil Debate, 2014). Esses valores pagos aos trabalhadores retornam à atividade econômica na forma de consumo de bens e serviços, sendo um dos pilares de sustentação do fluxo de dinheiro em todas as economias do mundo.

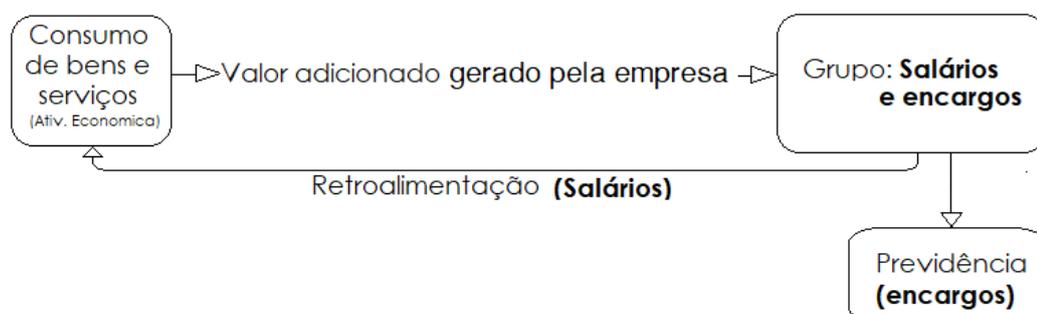


Figura 1 - Fluxo de retorno ao consumo dos salários e encargos

Fonte: Wanderbroock, 2021.

Na figura 1, observa-se que do lucro bruto gerado pela empresa, umas das partes da DVA é distribuída aos salários, estes retroalimentam a economia num círculo virtuoso gerando a produção de novos bens e serviços. Os encargos incidentes sobre estes dão certa segurança ao trabalhador permitindo sua futura aposentadoria.

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES (GOVERNO)

Por definição, recursos oriundos dos impostos são usados em diversos gastos dos Estados, como infraestrutura econômica (manutenção de estradas, aplicação de contratos, etc.), serviços públicos (saúde, educação, etc.), manutenção da ordem pública, proteção à propriedade privada, manutenção do próprio governo e até guerras. Também os gastos com sistemas de educação, aposentadoria, seguro-desemprego e transporte público, que basicamente concentram-se em três grandes destinações: Os salários, as despesas correntes e os investimentos. Esses recursos, quando aplicados de forma correta, propiciam as bases para a sociedade se desenvolver, além disso, retroalimenta a economia, gerando atividade econômica, como observado na figura 2.

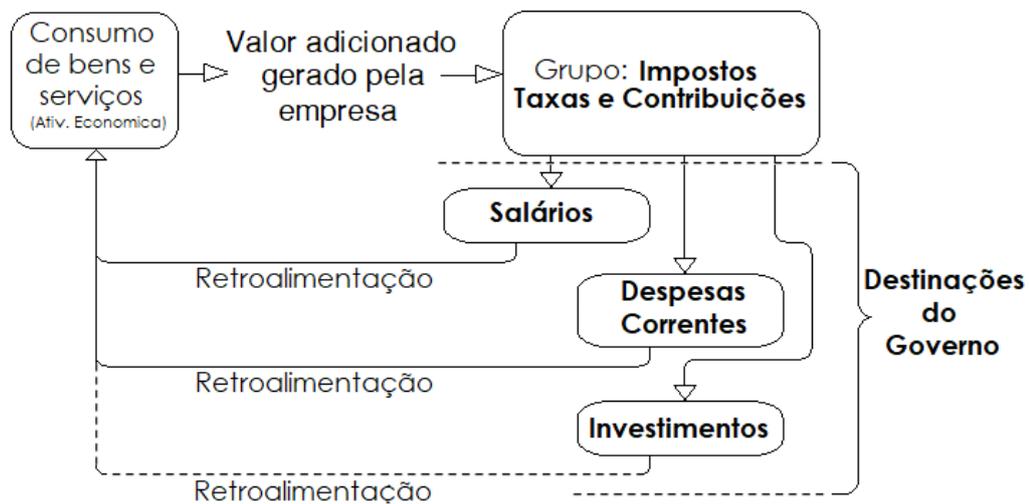


Figura 2 - Fluxo de retorno ao consumo dos impostos, taxas e contribuições.

Fonte: Wanderbroock, 2021.

JUROS E ALUGUÉIS (INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS)

Apesar dos aluguéis estarem incluído nesta destinação, pela relevância, na maioria dos casos, os juros pagos às instituições financeiras suplanta significativamente em termos de valores totais desta destinação específica. De forma geral, na figura 3 é explicitado que nas condições ideais, recursos captados com juros baixos, civilizados, investindo no processo produto, permitem às empresas manterem ou alavancarem seus negócios. Ocorre que no caso brasileiro, as taxas são desproporcionais dentro de uma economia com relativa inflação baixa. Os financiamentos são fundamentais em muitos casos para o aumento da produção, estimulando e fomentando os negócios, enquanto o juro, que é a contrapartida, retira riqueza do sistema produtivo e canaliza ao sistema bancário. No caso de juros mais reduzidos, o meio produtivo tem como absorver. No caso de juros altos em um país todo, aumenta o endividamento de pessoas (consumidores) e empresas (fornecedores) num ciclo vicioso para a cadeia de valores, corroendo o capital dos produtores.

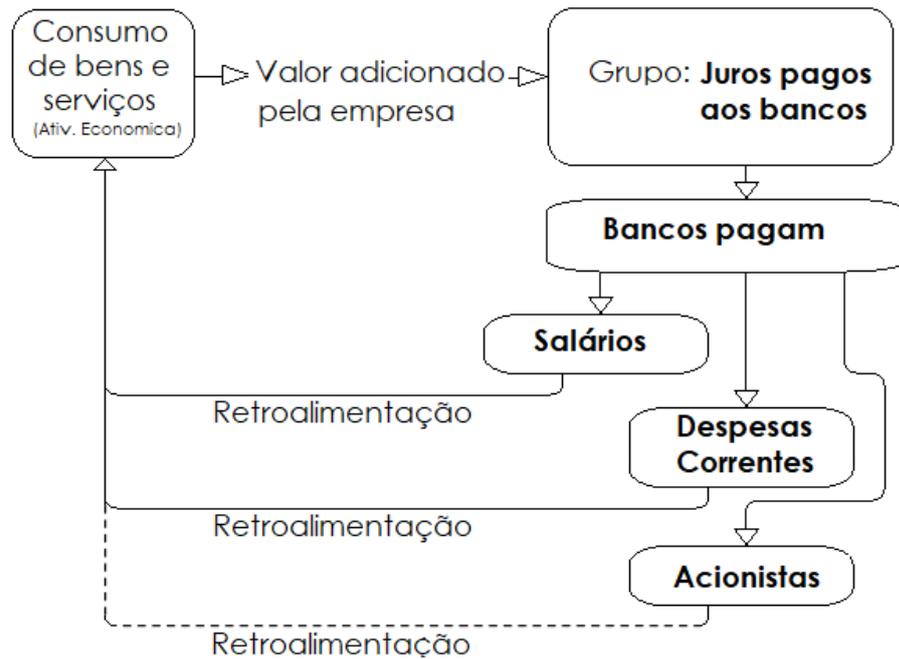


Figura 3 - Fluxo de retorno ao consumo dos Juros e Aluguéis.

Fonte: Wanderbroock, 2021.

REMUNERAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO (DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS E LUCROS RETIDOS)

Conforme prevê a Lei 6.404/1976 no artigo 202 (Brasil, 1976),

“Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas: I - metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:”

Isso se refere às reservas: legais, para contingências e a Lei 9.249/1995 regulamento o imposto de renda sobre juros sobre capital próprio que pode ser reservado ou pago aos acionistas. Assim, dos valores pagos aos acionistas uma pequena parte retorna para o consumo, mas em sua grande parte destina-se ao sistema de investimento, dito isso considerando que a maioria dos países tem tido crescimento, baseado na governança e investimentos basicamente derivados do mercado de capitais. Os países com economias mais consolidadas e desenvolvidas, historicamente desenvolveram e desenvolvem tecnologias que agregam valor aos produtos, tornando-os berço dos investidores nas economias emergentes. Desta forma, quando se trata de pagar dividendos, boa parte desses valores migra daquele país gerador da riqueza para o país investidor. Ótima situação para o investidor e discutível para o país de origem gerador da riqueza, como observa-se na figura 4.

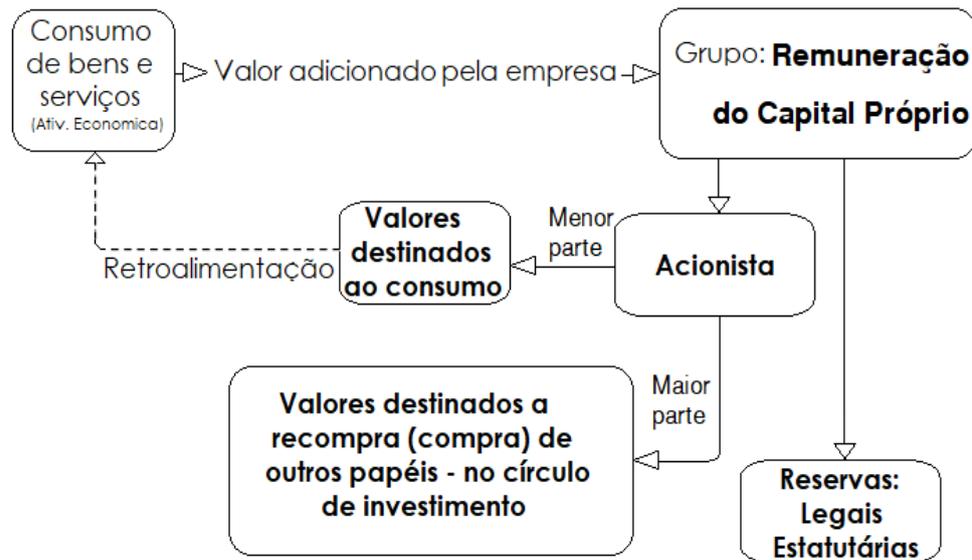


Figura 4 - Fluxo de retorno ao consumo dos Juros sobre Capital Próprio e Dividendos.

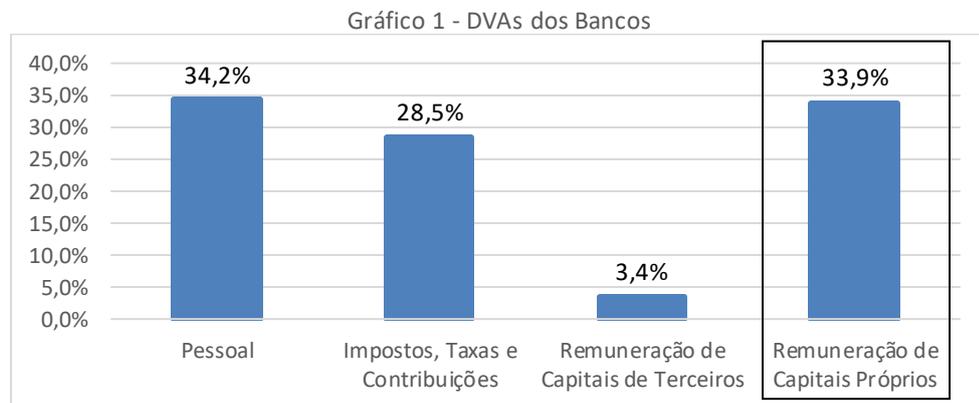
Fonte: Wanderbroock, 2021.

AS DEMONSTRAÇÕES DE VALORES ADICIONADOS (DVAS)

No estudo realizado por Wanderbroock (2018) das Demonstrações de Valores Adicionados do período (exercício social) de 2017 das empresas de capital aberto listadas na Bovespa, na qual foram comparadas empresas do setor produtivo (Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Alimentos Processados, Energia Elétrica, Siderurgia e Metalurgia, Comércio, Construção e Engenharia, Transporte, Madeira e Papel, Telecomunicações, Mineração, Químicos, Bebidas) com Intermediadores Financeiros e Serviços Financeiros Diversos (Bancos). Com relação aos bancos, estão os principais representantes de empresas de capital aberto, exceto a Caixa Econômica Federal, por não possui ações negociáveis.

AS DVAS DOS BANCOS

Nos bancos, dentre as quatro categorias de valores adicionados, as duas maiores distribuições foram para Pessoal com 34,2%, seguido pela remuneração aos acionistas com 33,9% e as duas menores foram os Impostos e Taxas com 28,5% e Remuneração de Capital de Terceiros (juros pagos) com 3,4%, conforme gráfico 1.



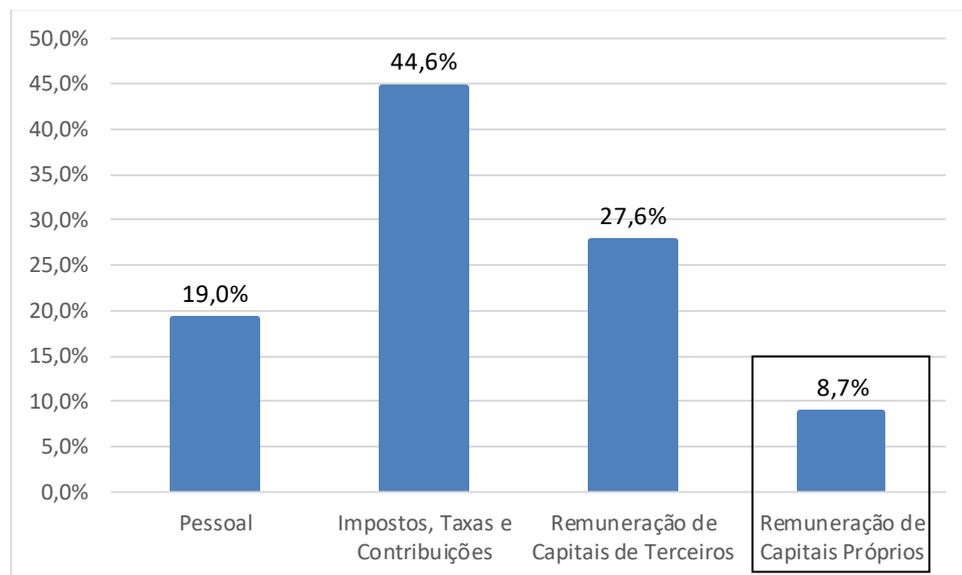
Fonte: Wanderbroock, 2018.

A remuneração de capital de terceiros representa os juros que as empresas distribuem (pagam). Para o setor produtivo, historicamente os juros representam o custo de para captação para investimento na produção, na compra de insumos, aquisição de imobilizados e despesas correntes. Para o setor bancário o pagamento de juros, historicamente representa os custos de captação de dinheiro para repassar ao sistema produtivo. Então, o que para o meio produtivo o custo é representado pela compra dos insumos e os juros representam despesas financeiras, para os bancos é diferente, pois o pagamento dos juros representa 'custo' de venda do seu 'produto'.

AS DVAS DAS EMPRESAS PRODUTIVAS

Nas empresas Produtivas, dentre as quatro categorias de valores adicionados, as duas maiores distribuições foram para Impostos e Taxas com 44,6%, seguido pela Remuneração e Capita de Terceiros (juros pagos) 27,6% e as duas menores foram Pessoal com 19,0% e Remuneração de Capital de Próprio aos acionistas com 8,7%, conforme gráfico 2.

Gráfico 2 - DVAs do Setor produtivo (indústria, comércio e serviços)



Fonte: Wanderbroock. 2018.

Empresas produtivas quando capitalizadas conseguem reduzir ou eliminar drasticamente as suas despesas com juros, canalizando seus recursos para o custo de produção, mercadoria e serviços. Do outro lado os bancos, mesmo capitalizados, mantem os 'custos' dos juros que pagam por fazer parte do processo de captação de dinheiro para o repasse de crédito aos seus clientes.

Os dados demonstram que as empresas produtivas são maiores pagadores de juros e impostos e remuneram menos o seu investidor (lucros). O setor financeiro tem maior concentração de valores com pessoal e remuneração bastante o seu investidor (lucros).

CRÍTICAS POSITIVAS E NEGATIVAS AOS BANCOS

Morin (2015), diz que

“O oligopólio bancário age como uma quadrilha organizada” e que “os bancos ‘sistêmicos’ desempenham um papel nefasto nas sociedades do mundo, ao mesmo tempo em que transformaram a democracia em refém dos seus interesses privados”.

Ainda segundo este autor (2015),

“Os bancos ‘sistêmicos’ desempenham um papel nefasto nas sociedades do mundo, ao mesmo tempo em que transformaram a democracia em refém dos seus interesses privados. Pela primeira vez, transformou-se o equilíbrio de poder entre o público e o privado.”

O autor (2015) denomina-os como “hidra mundial” cujas políticas interferem na economia e na democracia. Alega que um conglomerado de 28 bancos se “interconectam” entre si, criando produtos tóxicos pagos pelos Estados e cidadãos. Morin (2021) também comenta “transformou o equilíbrio de poder entre o público e o privado. Manobras fraudulentas, pactos secretos, lobby contra a democracia, manipulação dos mercados”, também “desempenham um papel nefasto nas sociedades do mundo, ao mesmo tempo que transformaram a democracia em refém dos seus interesses privados” e insiste na “mobilização mundial para recuperar a dimensão política sequestrada pelo setor financeiro privado”. Ele cita os casos das crises na Argentina de 2001, do Sudeste Asiático, Brasil e Turquia, provocadas pela especulação internacional pelo fluxo do movimento de capitais.

Costas (2015) comenta que, quando a “economia vai bem os bancos vão bem, e quando a economia vai mal os bancos parecem ir melhor ainda.” O autor também menciona que em 2014, “a rentabilidade sobre patrimônio dos grandes bancos de capital aberto no Brasil foi de 18,23% , mais que o dobro da rentabilidade dos bancos americanos (7,68%).” Terovydes Junior (2015) menciona em seu artigo “Até quando iremos assistir passivamente o setor financeiro privilegiado em detrimento do setor produtivo?” que há uma grave anomalia na economia brasileira e que mesmo nos períodos de crise econômica “a Indústria, comércio e prestadores de serviços amargam graves prejuízos” os bancos Itaú, Bradesco, Santander, Caixa, BB contabilizam lucros bilionários. Horsch (2015) comenta que “Os juros praticados no Brasil fariam um agiota americano sentir vergonha”, mencionando os altos juros dos cartões de crédito e empréstimo bancário.

A atual conjuntura dos altos juros e a falta de *spreed* bancário civilizado, a falta da cultura brasileira da gestão do crédito, aumenta substancialmente o endividamento das pessoas (consumidores) e empresas, retirando dinheiro do meio produtivo, canalizando-o ao especulativo. Lúcio (2018) comenta que “apesar do expressivo aumento nos lucros, os cinco maiores bancos do país fizeram o desserviço de aumentar a taxa de desemprego mensal, contribuindo para redução da massa salarial”, reduzindo o número de empregados e aumentando a rotatividade para baratear o custo do trabalho. O Autor questiona “quem ganha com esse resultado?”. Ele mesmo responde que não é a maioria da sociedade, pois “além de jogar para a mão dos clientes a realização de serviços antes feitos pelos trabalhadores do setor, cobrar tarifas e enxugar custos, os bancos fazem com que uma parcela pequena de acionistas se aproprie de um dinheiro que não se materializa em investimentos produtivos, empregos e desenvolvimento.”

Brito (2018) descreve que “o retorno (lucro) sobre o patrimônio líquido passou, de 2016 para 2017, de 11,6% para 13,8%. É três a quatro vezes maior que o de países como Suíça (3,2%), Estados Unidos (3,4%), Índia (4,5%), Portugal (4,7%) e Itália (4,7%).” No qual ele comenta o Relatório da Economia Bancária do Banco Central brasileiro, demonstrando a necessidade de ajustes prementes no modelo economia e sistema bancário nacional.

Em contraposição às críticas negativas, Komesu (2013) diz que “os bancos são frequentemente alvos de críticas e acusações dos revoltados. Vistos como vilões por muitos, os bancos têm papel fundamental na sociedade” e que dentre as razões está a incompreensão. O Autor diz que os bancos são fundamentais aos serviços de transferência de dinheiro, pagamento e crédito, que os bancos quando oferecem crédito fomentam novos negócios e que dentre os investimentos que os bancos fazem estão as *startups*, empresas recém-criadas com produtos promissores, mas que no Brasil há

falta de concorrência pela maioria das operações estarem centralizadas em poucos bancos. Ele diz ainda que os “bancos são como qualquer outra empresa que visa obtenção de lucro”.

Os bancos de desenvolvimento, ligadas ao governo, tem importante função desde que se mantenha aos pressupostos legítimos aos quais foram concebidos, mas tem tido suas maiores críticas quanto modelo e preferências e na falta de maior democracia na distribuição de créditos e não necessariamente às taxas de juros ou *spread* praticado. Almeida (2017) comenta que os Bancos Públicos de Desenvolvimento (BPDs) tem a função de resolver uma falha de mercado pelo lado da oferta de financiamento dos bancos privados. Com relação do BNDES, o editorial da Gazeta do Povo (2017), descreve que “pode haver críticas não aos empréstimos em si, mas aos equívocos da política dos ‘campeões nacionais’” e que

“distorceu o mercado e enterrou micro e pequenas empresas, maiores geradoras de emprego no país, e às ligações espúrias e favorecimentos para esse grupo em detrimento de outros clientes do banco que, por não terem ligações políticas com o governo, não recebem o mesmo tratamento. Entretanto, muitas das críticas ao BNDES dizem respeito somente ao fato de ser um banco estatal financiando empresários privados”.

No caso específico, Pamplona (2018) menciona que “desde que tenha critérios técnicos e transparentes e se afaste do compadrio e do gigantismo estatal, uma política de desenvolvimento é fundamental para a economia brasileira.” É fundamental aumentar a transparência dos bancos estatais para que a sociedade verifique se as ações convergem para desenvolvimento da sociedade. Em 2018, o BNDES lançou um novo sistema de divulgações de informações, que passou por consulta pública.

CONCLUSÕES

O Brasil é um país que apresenta profundas distorções, com péssima distribuição de renda e riqueza, e claramente a riqueza concentrada no pelos bancos no Brasil destoa deste cenário nacional.

Como foi dito neste estudo, não cabe ‘desconstruir’ a função e importância dos bancos no sistema econômico, uma vez que eles são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade moderna, mas sim melhores regras legais, agência de controle forte, independente e atuante para harmonizá-los, especialmente no caso brasileiro, de forma que estejam inseridos no contexto econômico brasileiro de forma temporal, ou seja, em tempos de crescimento, que todas as organizações empresariais e a sociedade prosperem, em tempos de retração econômica ou recessão, que todos sejam participantes, indistintamente, não canalizando recursos de uma sociedade em dificuldade para geração de lucros dos bancos.

Num repensar sobre o uso do capital financeiro e seus propósitos, Dowbor (2020) traz alguns alertas: “a realidade é que tudo se acelerou de maneira dramática”, a tecnologia avançou freneticamente. Ainda segundo o autor (2020) “adultos bem formados dão pulos de alegria em Wall Steet, gritando “greed is good”, e se mostram surpresos quando milhões de usuários de crédito perdem suas casas [...]”.

O equilíbrio é necessário, o ‘gigantismo’ dos bancos gera desequilíbrio de poder entre o capital produtivo e o capital especulativo. De outra forma, é possível criar ou melhorar o ambiente para recuperação econômica rápida, voltando aos níveis desenvolvimento esperado. Para este estudo procuramos coletar informações favoráveis e desfavoráveis a respeito do caso brasileiro dos bancos, e na maioria dos casos as críticas foram na ausência de envolvimento e comprometimento legítimo e verdadeiro destes com a sociedade local e falta de maior controle legal, eliminando ou reduzindo abusos econômicos. Enquanto frequentemente ocorrem várias manifestações do setor produtivo, em

defesa da sua contribuição para sociedade, como agronegócio, indústria turismo etc., existe pouca 'defesa' da necessidade da contribuição dos bancos ao desenvolvimento econômico sustentável para uma futura sociedade com melhor distribuição de renda.

Enquanto as empresas do setor produtivo têm menor facilidade em geração de lucros em um ambiente altamente concorrencial, regulado estando à mercê das flutuações da economia, ainda assim são os alicerces de qualquer economia mais fechada ou mais liberal, os bancos aparentemente estão mais protegidos por uma série de fatores estruturais locais favoráveis. As reformas estruturantes, como da previdência, tributária, administrativa e revisão do sistema bancário são temas espinhosos para classe política, contudo, necessários com a plena participação e pressão da sociedade civil organizada.

A partir da percepção da necessidade da responsabilidade social em que as empresas nacionais devam se submeter, é necessário que o poder público defina melhores regras aos bancos que seja especialmente de interesse da sociedade. Quanto ao 'interesse da sociedade' reafirmamos que provavelmente não é de interesse pela sociedade o lucro zero e a extinção dos bancos, mas, como dito, uma relação mais equilibrada e mais comprometida com a economia local que os alimenta.

Assim, fez-se cumprir os objetivos aqui propostos, apresentando a profunda dicotomia que os bancos e as empresas têm por um olhar dos interesses da sociedade por estes. Esta pesquisa limita-se em uma análise sobre o conjunto de demonstrações financeiras por elas publicadas. Novos estudos podem ser realizados, aprofundando o tema sob outras perspectivas como políticas de governança, políticas e inserções sociais adotados pelas organizações empresariais etc.

REFERÊNCIAS

(1,3,4,5,9,10,11) WANDERBROOCK, Wagner. **Distribuição de Riqueza por Setor da Economia na Demonstração de Valor Adicionado (DVA) das 500 Maiores Empresas de Capital Aberto Listadas na BM&FBOVESPA**. Anais do IV Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná Campo Mourão - PR, 2018.

(1,2,5) Brasil, **Lei 11.638/2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em: 07/05/2021

(2) BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge E. Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.

(2) ANDRADE, Denise Almeida; SALES, Gabrielle Bezerra: **Planejamento Familiar, Pobreza e Desenvolvimento no Brasil: Um Diálogo com Amartya Sen**. Publica Direito. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c7bc77c261dc5671>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

(2) Artigo: **A Crise da População Mundial**. Revista Eletrônica Overpopulation Awareness: Disponível em: <https://www.overpopulationawareness.org/pt/artigos/a-crise-da-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial>. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

(3) SOUSA, Rainer Gonçalves. **A concentração do capital industrial**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/a-concentracao-capital-industrial.htm>. Acesso em 25 de agosto de 2022.

(4) RODRIGUES, Valdemar J. (2009). **Desenvolvimento sustentável: uma introdução crítica**. Editora Principia, 2009.

(4) NASCIMENTO, Alex do. **A Fábula do Porco e da Galinha**. LinkedIn. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/f%C3%A1bula-do-porco-e-da-galinha-alex-do-nascimento/?originalSubdomain=pt>. Acesso em 24 de agosto de 2022.

(6) Editorial: **Participação dos salários no PIB aumenta a partir de 2005**. Brasil Debate. Disponível em: <https://brasildebate.com.br/participacao-dos-salarios-no-pib-aumenta-a-partir-de-2005/>. Acesso em 05 de junho de 2021.

(11) MORIN, François, **L'Hydre Mondiale- L 'oligopole bancaire**. Montréal: Lux Editeur, 2015.

(12) MORIN, François. **El oligopolio bancario actúa como una banda organizada**. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-278454-2015-08-02.html>. Acesso em 10 de março de 2021.

(12) COSTAS, Ruth. **Porque os Bancos Brasileiros Lucram tanto?** BBC. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150323_bancos_lucros_ru. Acesso em 10 de abril de 2021.

(12) TEROVYDES Junior, Eduardo. **Lucros "pornográficos" dos bancos brasileiros em plena crise**. Disponível em: <https://peritocontabil.jusbrasil.com.br/artigos/267182708/lucros-pornograficos-dos-bancos-brasileiros-em-plena-crise>. Acesso em 10 de junho de 2021

(12) HORSCH, Dan. **Juros do Brasil fazem agiota americano sentir vergonha**. Estadão. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/blogs/radar-economico/juros-agiota-nyt/>. Acesso em 10 de junho de 2021.

(12) LÚCIO, Clemente Ganz. **Quem ganha com o lucro dos bancos, além dos bancos?** Disponível em: <http://brasildebate.com.br/quem-ganha-com-o-lucro-dos-bancos-alem-dos-bancos/> Acesso em 08 de junho 2021.

(13) BRITO, Fernando. **Brasil é o paraíso dos bancos, mais ricos com a crise**. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/brasil-e-o-paraíso-dos-bancos-mais-ricos-com-a-crise-por-fernando-brito/> Acesso em 05 de junho de 2021.

(13) KOMESU, Daniel. **A importância dos bancos para a sociedade**. Disponível em: <https://mundodosbancos.com/47/importancia-bancos-sociedade/>. Acesso em 03 de junho de 2021.

(13) ALMEIDA, Eduardo. **O PAPEL DE BANCOS PÚBLICOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**. Disponível em : http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7935/1/BRU_n16_Papel.pdf. Acesso em 03 de junho de 2021.

(13) Editorial: **O BNDES e as críticas**. Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaõ/editoriais/o-bndese-as-criticas-4w6rth6ob3kmvfg7qo1o5ifqv/> 2017. Acesso em 30 de maio de 2021.

(13) PAMPLONA, Nicola. **BNDES amplia portal de transparência para escapar de críticas sobre 'caixa preta'** <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/08/bndes-amplia-portal-de-transparencia-para-escapar-de-criticas-sobre-caixa-preta.shtml>, 2018

(14) DOWBOR, Ladislau. **O Capitalismo de Desloca: Novas Arquiteturas Sociais**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.

Recebido: 11 de agosto de 2021

Versão Final: 24 de agosto de 2022

Aprovado: 01 de setembro de 2022



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.